

Os rastros do trapeiro: memória, vulnerabilidade social e a cidade na experiência de moradores de rua no bairro do Brás em São Paulo*

Verônica Sales Pereira

Socióloga, professora doutora do Centro Universitário Belas Artes, Rua José Antônio Coelho, 603, ap. 225 b, CEP 04011-061, São Paulo, SP, (11) 5571-4801, versales@uol.com.br

Resumo

Este artigo discute a forma como a memória urbana, individual e coletiva, é construída/destruída na experiência de um bairro caracterizado por abruptas transformações arquitetônicas e urbanas e pela vulnerabilidade social e econômica de sua população. Abordaremos as memórias de moradores de rua no bairro do Brás, na cidade de São Paulo. Três imagens benjaminianas são desenvolvidas quanto ao processo subjetivo da rememoração, ao espaço e à memória urbanos: a do rastro, a do trapeiro e a da porosidade. Elas não nos revelam a ausência de uma memória, mas “rastros” que ressignificam o desterro, o nomadismo e constroem um frágil sentido de lugar.

Palavras-chave: moradores de rua, memória, espaço urbano.

À memória de Sônia e Amaro

Introdução

O ano é 2007. Quando passamos por uma esquina cujas duas ruas que a formam encontram-se nos muros da linha férrea, antiga São Paulo Railway, deparamo-nos com um “vazio”. O que nos chama atenção, no entanto, é o belo edifício da escola técnica Carlos de Campos, do outro lado da linha, e cujo estilo neoclássico não apenas remete a sua construção no início do século XX, mas também destoa daquela paisagem erma, completada pela vizinhança de antigos galpões e fábricas vazios, incluindo-se aí o imponente Moinho Matarazzo, também do mesmo período. Passando hoje rapidamente por aquele trecho, um olhar retrospectivo depara-se com uma recordação um tanto quanto melancólica. Há cinco anos, a arriscada *flaneurie* por aquele trecho estancou o passo para olhar o edifício, tranquilo candidato ao

posto de patrimônio histórico arquitetônico da cidade. Todavia, o olhar deslumbrado era interrompido por uma pergunta que surgia daquela esquina: “Você está procurando a escola?” Uma pequena favela pairava naquele “vazio” da esquina, logo a minha frente, cuja moradora passou então a ajudar-me a enxergar e a encontrar...

Naquele encontro, todavia, uma intenção e uma atenção também definiam parte da *flaneurie* do pesquisador, fazendo-o retornar outras vezes, com suas questões: como a memória é mobilizada na constituição (ou não) dos vínculos com a cidade? Ou mais precisamente, como a memória urbana, individual e coletiva, é construída/destruída na experiência de um bairro caracterizado por abruptas transformações arquitetônicas e urbanas, e pela vulnerabilidade social e econômica de sua população vivida na situação de precariedade no trabalho e na moradia?

* Este artigo foi originalmente apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, sob o título Memória, vulnerabilidade social e a cidade: a experiência de moradores de rua no bairro do Brás em São Paulo – outubro de 2007, Caxambu, MG.



Figura 1: “Vazio urbano” em 2007. Fonte: Foto da autora.

¹ Utilizamos aqui a noção de desindustrialização num sentido relativo, para nos referirmos especificamente ao decréscimo ou abandono pontual das instalações produtivas em algumas áreas da cidade - e mais especificamente, em algumas áreas destes bairros, sobretudo na década de 50 e 60 - e não necessariamente na Região Metropolitana de São Paulo (Ramos, apud Laurentino 2002). O que ocorreria na RMSP, sobretudo a partir da década de 90, é um processo de desconcentração industrial, no qual há uma saída das unidades produtivas da RMSP rumo a outras áreas, ao passo que o centro de comando e gestão destas unidades permanece na região, mantendo-se como polo de controle produtivo e administrativo. Há assim, uma centralização do capital - da sua gestão e serviços - e uma desconcentração espacial da produção, possibilitada pela telecomunicação e informática (Azzoni, apud Marques & Torres, 2000).

Sem a pretensão de abranger toda a questão, nos movemos por um caminho que talvez iluminasse parte dela. Abordamos a experiência de moradores de rua no bairro do Brás, na cidade de São Paulo, entre 2002 e 2003. Não nos aventuramos a trabalhar com amostras estatísticas, mas com algumas pessoas daquela favelinha ou “Mocó”, escondida numa parte do bairro chamada Zona Cerealista, que se dispuseram a conversar. O que emerge dessas conversas são pequenas narrativas extraídas de biografias, entrevistas semi-abertas e/ou temáticas, (des) encontros fortuitos e conversas, às vezes empáticas, às vezes rudes, construídas com o pesquisador. Seus nomes, a pedido dos próprios entrevistados, foram trocados, para garantir-lhes o anonimato.

A interpretação dessas narrativas teve como norte as seguintes imagens benjaminianas que ajudam a pensar o sujeito, a experiência e a rememoração da cidade num contexto de desenraizamento e vulnerabilidade econômica e social: a do trapeiro, a da porosidade e a do rastro.

O bairro do Brás e a Zona Cerealista

O bairro do Brás tem uma importante experiência de “centralidade periférica” na cidade de São Paulo

(Sevcenko, 1997), pois a contigüidade a colina central, sítio de fundação da cidade, associada a sua posição nas terras baixas das várzeas inundáveis do rio Tamanduateí, bem como as ferrovias que nelas se instalam (Torres, 1969, Reale 1982), são um marco não apenas topográfico, mas também simbólico, a partir do qual se constituiria uma nova forma de segregação sócio-espacial na então nascente metrópole cafeeira e industrial, na virada para o século XX, ao separar dos bairros burgueses os que viviam “além Tamanduateí”, ou seja, a classe trabalhadora (Rolnik, 1981, Paoli, 1991, Sevcenko, 1997).

Hoje, uma das referências a este passado encontra-se em suas extensas áreas desindustrializadas¹ caracterizadas pelos vestígios e ruínas materiais do início da sua industrialização, dispersas nas antigas fábricas, armazéns, galpões e pátios ferroviários abandonados.

Essas ruínas foram produzidas por uma combinação de inúmeros processos, entre os quais: simples abandono de suas construções, em razão da mobilidade social e espacial de parte de seus moradores; a perda populacional; a mudança na década de 50 do eixo industrial para a região de Santo André, São Bernardo do Campo e São

Caetano, – o ABC; a realização de grandes (e destrutivas) obras viárias nas décadas de 60 e 70.

No entanto, em toda sua história, o bairro permanece ainda marcado pela maciça presença popular e multicultural. Aos migrantes europeus da virada do século XX - italianos, espanhóis, portugueses, dentre outros grupos – sobrepõem-se os migrantes nacionais, a partir dos anos 40, como nordestinos, que por sua vez antecedem imigrantes asiáticos e sul-americanos, como os coreanos e bolivianos, nos anos 80 e 90. Atualmente, uma parcela de sua população sobrevive nas formas de trabalho informal e precário, como ambulantes, catadores de lixo, costureiros, e/ou na habitação precária dos cortiços, das pequenas favelas e na rua.

As suas ruas, ao permitirem a atividade informal e, portanto, a sobrevivência desses trabalhadores, empregados ou não, são um local de trabalho decorrente da importância econômica do bairro, que se manteve de forma irregular ao longo de sua história, como “subcentro popular” de comércio e serviços (Villaça, 1998). Embora as indústrias de confecção consolidem o bairro como um centro de comércio especializado, varejista e atacadista (Laurentino, 2002), outras atividades mais antigas ainda permanecem, como o comércio de madeiras, plásticos, couros e cereais.

A Zona Cerealista, situada na divisa entre o bairro do Brás e Pari, foi formada pela expansão do comércio de grãos - atividade iniciada no início do século XX, sobretudo por imigrantes bareses – que se consolidou com a inauguração do Mercado Municipal, em 1933. O edifício de estilo eclético foi projetado pelo arquiteto Felisberto Ransini, do escritório de Ramos de Azevedo, e seu tombamento e restauração, cujas obras foram entregues no aniversário de 450 anos da cidade², alçaram-no a categoria de patrimônio histórico arquitetônico, reforçando um perfil de atração turística. A sua exuberância, no entanto, contrasta atualmente com muitos armazéns e galpões vazios da Zona Cerealista, do outro lado rio, em virtude de muitas empresas dali se transferirem para outros lugares da cidade. Do “mercadão” e da Zona Cerealista, especialmente, sobrevivem os moradores de rua entrevistados, que trabalham como catadores, “chapas” e em vários tipos de bicos.

A porosidade, o trapeiro, o rastro

Na reflexão benjaminiana sobre a metrópole como palco da modernidade (cf. Bolle, 1994) é emblemática a imagem do modelo haussmaniano do “embelezamento estratégico” de Paris no século XIX (Benjamin, 1991; 1999). Nesta urbanização, destaca-se o caráter temporal da modernidade, cuja fragilidade poderíamos assim sintetizar³: a interpenetração fundante e dissolvente do antigo pelo moderno e do moderno pelo antigo inscreve-se na cidade, onde canteiro de obras confunde-se a um campo de ruínas, revelando uma unidade tensa entre construção/destruição, novidade/obsolescência, permanência/fugacidade.

Em suas observações sobre a cidade de Nápoles, Sul da Itália, W. Benjamin estende-se na compreensão da modernidade para além da metrópole central do século XIX, como Paris. Nelas, desenvolve o modo como a temporalidade moderna relaciona-se com um tempo arcaico, presente nas sociedades tradicionais, pré-capitalistas ou periféricas⁴.

Benjamin (1987) descreve a relação entre a sociabilidade e a arquitetura napolitana pela imagem da porosidade. Esta é definida pela improvisação e pelo provisório, na qual a arquitetura, as construções, mesclam-se à ocasião pela indistinção entre o público e o privado, em que a vida doméstica é partilhada, “entremeada”, mesclando-se à vida comunitária, pela teatralidade das ruas⁵, aspectos que encontram seu oposto - ordenação, civilização, distinção entre público e privado - apenas no espaço restrito dos hotéis e armazéns do cais, na descrição da cidade napolitana.

Continuando sua observação pelos bairros pobres de Nápoles, Benjamin comenta: “a miséria efetuou uma extensão dos limites, que é o reflexo da mais radiante liberdade de espírito. Comer e dormir não tem hora, muitas vezes nem sequer lugar” (ibid: 153).

Um outro aspecto chama a atenção, complementando o caráter desta porosidade: “Em tais recantos, mal se percebe o que ainda está sob construção e o que já entrou em decadência. Pois nada está pronto, nada está concluído”. (ibid:148)⁶

²www.mercadomunicipal.com.br.

³ Este caráter é abordado por W. Benjamin ao analisar a obra de Baudelaire. Acompanhamos a leitura de J. M. Gagnebin sobre a abordagem benjaminiana sobre a temporalidade moderna.

⁴ Sobre as dificuldades e possibilidades de transpor a obra de W. Benjamin no contexto de uma megalópole periférica, como São Paulo, ver W. Bolle (1994).

⁵ “Usam-se prédios como palcos populares. Toda a gente os divide num sem-número de áreas de representação simultaneamente animadas. Balcões, átrios, janelas, portões, escadas, telhados, são ao mesmo tempo palco e camarote” (1987: 148)

⁶ Sobre a posição da cidade de Nápoles no contexto do desenvolvimento do capitalismo, ver Buck-Morss (2002).

Passagens e porosidades, ou passagens porosas, são imagens sugestivas pelas quais poder-se-ia pensar a modernidade numa megalópole periférica, na virada para o século XXI, como São Paulo: arquitetura e urbanismo modernos (viadutos, pontes, praças), em que a ordenação, a disciplina e a divisão público e privado são abandonadas ou fenecem, onde a pobreza os ocupa e improvisa (favelas, mocós, moradia na rua, espaço ambulante), conformando o espaço à ocasião, à impermanência, e à indistinção entre público e privado. Há desta maneira um inacabamento decaído ou a interpenetração fundante entre construção/destruição, em que o construído, muitas vezes, sequer é acabado antes de “entrar em decadência”, transformando-se em ruínas porosas.

Para Benjamin, a dinâmica construção/destruição do espaço torna a cidade habitada em terra estrangeira, e seu habitante um apátrida (1989, 21). Ao mesmo tempo, essa dinâmica evoca as imagens do porvir: “aquilo que não sabemos que, em breve, já não teremos diante de nós torna-se imagem” (idem, 1991: 85).

Como esta cidade instável emerge na memória do habitante “apátrida”, “imigrante”, ao qual Benjamin não se refere apenas em seu sentido literal, mas metafórico, ou seja, aquele cuja própria cidade é manifestação da fragilidade de seu reconhecimento, tornando-o um estrangeiro sem nunca sequer ter ultrapassado suas fronteiras?

Para o autor, são muitas as mudanças na estrutura da experiência que tornam o habitante um “apátrida”. No mundo moderno, a intensificação das situações de choque termina por gerar uma atrofia da experiência ao reduzir as chances de fatos exteriores integrarem-se a ela. Entre estas situações estão: o golpe político, a guerra, a circulação em meio à multidão, a adequação do operário à linha de montagem, o cinema, o telefone, a fotografia e a substituição da narrativa tradicional pela informação de imprensa. Estas situações vão configurar uma modificação na estrutura da memória e da narrativa.

Nesse sentido opera-se uma transformação do caráter da sociabilidade ligada à perda da *experiência*, ou seja, à dissolução ou ao enfraquecimento das práticas coletivas

compartilhadas e ritualizadas no cotidiano e fora dele, que possibilitavam a rememoração. A sociabilidade ganha cada vez mais o caráter de *vivência* do indivíduo isolado e solitário imerso na impessoalidade e no anonimato.

Como pensar então a narrativa e a reconstrução da experiência, não mais no sentido tradicional, comunitário, mas ligada à vivência num contexto ruinoso da metrópole moderna?

Para Benjamin, a possibilidade de rememoração aparece nas imagens do burguês/colecionador e do trapeiro/poeta (C. Baudelaire). À supressão dos vestígios do indivíduo na multidão, o homem burguês acumula, no interior do lar, objetos pessoais, “artigos de consumo e acessórios” na tentativa de deixar seus vestígios, seus rastros (idem, 1991)⁷.

No colecionador, a recuperação mostra-se frágil: ele despoja, liberta as coisas do seu caráter de mercadoria possuindo-as. Seus sonhos referem-se a um mundo distante ou passado, mas também um mundo melhor de intimidade e familiaridade.

Quanto ao trapeiro, Benjamin afirma, este não é apenas objeto de poesia de Baudelaire, mas é também, ao lado do poeta, o herói da cidade grande. O trapeiro, a “escória da sociedade”, cresce em número nas cidades, e em virtude dos novos métodos industriais, os rejeitos passam a ter valor. Em ambos, o recolhimento de tudo aquilo que foi destruído, que não possui importância nem valor para a sociedade é sua atividade.

“Um ano antes do poema o Vinho dos Trapeiros, Baudelaire descreve em prosa esse herói moderno: “Aqui temos um homem - ele tem de recolher na capital o lixo do dia que passou. Tudo o que a cidade grande jogou fora, tudo o que ela perdeu, tudo o que desprezou, tudo o que destruiu, é *reunido e registrado* por ele. Compila os anais da devassidão, o cafarnaum da escória; separa as coisas, faz uma seleção inteligente; procede como um avaro com seu tesouro e se detém no entulho que, entre as maxilas da deusa indústria, vai adotar a forma de objetos úteis ou agradáveis” (ibid: 78).

O passo do trapeiro pela cidade é aquele em que este se detém a todo momento para recolher o lixo em que tropeça. Poderíamos dizer que seu

⁷ Concebendo a moradia “como um estojo de ser humano e nela o acomoda com todos os seus pertences, preservando, assim, os seus vestígios, como a natureza preserva no granito uma fauna extinta” (Benjamin, 1991: 44 - grifos meus).

movimento é a própria metáfora da narração, da rememoração dos moradores de rua. Movimento premido não apenas pela sobrevivência, mas também por um desejo de não deixar estes restos se perderem. É assim um percurso subjetivo, que recolhe tudo o que a cidade grande destrói, ou abandona à insignificância, ou seja, a sua história, a sua experiência.

Mobilidade e insignificância, destruição/rejeição e esquecimento: é este o contexto da rememoração na vivência do habitante da cidade: negação da experiência, e sua recuperação - "reunião e registro", - marcada pela fragilidade, pela dificuldade, pela quase impossibilidade de transmissão e da lembrança. Como salienta Gagnebin, frente ao declínio da narrativa tradicional e da experiência, a possibilidade de uma outra narração emerge, mas como "narração nas ruínas da narrativa" (2006: 49).

Essa reconstrução tem como base os rastros deixados pelo passado. Segundo Gagnebin, o conceito de rastro na tradição filosófica e psicológica "inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente" (2006: 45).

O rastro teria assim, um duplo sentido: ele faz referência ao inenarrável, ao sofrimento indizível, e à lembrança dos sem-nome, do anônimo, enfim, do apagamento das existências daqueles que "desaparecerem tão por completo que ninguém lembra de seus nomes" (ibid, 54).

Assim, a rememoração não se abriria tanto para aquilo que se lembra, mas "aos brancos, aos buracos, ao esquecido, ao recalado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras" (ibid: 55)⁸.

Um terceiro sentido articula-se ao rastro: ele seria deixado de forma não intencional, ou seja, não há intenção de transmissão ou significação de algo, ele é um sinal aleatório, fruto do acaso, da negligência, e às vezes até da violência. Ele denunciaria uma "presença ausente", como aquela do ladrão que involuntariamente deixa pistas de seu crime. O rastro não seria criado, mas deixado ou esquecido (ibid:113). Segundo Levinas, ele "significa fora de toda intenção de significar" (apud, Gagnebin, 2006).

⁸ Essa reflexão de J. M. Gagnebin sobre a memória e o rastro é calcada em muito na experiência do nazismo e do holocausto. Nossa escolha desta abordagem não considera, todavia, deslocado o contexto de vida dos moradores de rua, pois o que está em questão é a violência da destruição da experiência e da narrativa.

Figura 2: Carrinho de "estimação" de Margarida. Fonte: Foto da autora.



Assim emergem os rastros, materiais e simbólicos, nas narrativas daqueles que não tem nenhum monumento, nenhum marco de sua existência na cidade. Os rastros destes lugares surgem assim, como “contra-monumentos” (Gilloch, 1997), pois sugerem transitoriedade, impermanência, mortalidade (idem: 75).

A Maloca

Charles Baudelaire: Sombras e Luzes

Roberto fala sobre sua experiência no ginásio, sua poesia e gosto pela literatura:

“*As Flores do Mal, nossa* (ênfase), era o meu livro de cabeceira! (...) Agora o Charles Baudelaire ele tem uma ruindade, porque ele é um cara da sombra, ele não gosta de exaltar muito a luz, ele se lembra mais da sombra quando ele vai escrever. Então, a luz existe nas poesias dele, mas só como convidada, porque a matéria prima dele é a sombra. (...) Ele gosta de deixar você com dúvida, ele gosta de te cutucar nos seus pesadelos, cutucar nos seus medos, entendeu, *ele gosta de puxar pelo pé* (ênfase), eu gostava disso (risos). Como eu gosto muito de [E. A.] Poe, também, que o Poe também deixa você aterrorizado (ênfase), você não sabe nem o que vai fazer, sabe (risos).” (Roberto)

Como você vê na tua experiência esse jogo de sombras e luzes assim?

“Olha, é cruel, viu, às vezes quando você percebe você *está do outro lado* (risos) *Aí você tem que voltar correndo porque senão tu fica! E fica e fica e fica...* (ênfase) *Aí você fica naquela, ‘Pôxa, como é que eu tive capacidade de deixar as coisas chegar a esse ponto?’* (ênfase) *Aí você começa a se considerar mais fraco do que a sombra, e aí é que o bicho pega, porque você não pode!* (...) Porque a partir do momento que você... se der fraqueza, você, automaticamente, está dando força pra sombra, que é disso que ela precisa, ela precisa que você não creia, que você tenha dúvida, e que você, enfim, não tenha estímulo, que aí está onde ela quer, onde ela domina, né. Já se você se tiver atitude, tiver confiança, aí ela já não tem aquele controle, ela é derrubada, ela é rechaçada. (...) Então aí é que começa, é justamente na hora que a depressão

bate, na hora que a ansiedade bate, que você *quer* (ênfase) fazer as coisas e não consegue, aí é que ela vem vindo, (sorriso) ‘Oooi, estou por aqui, não esqueça de mim jamais’. E, ela é muito camarada, entendeu, ela é muito camarada! (...) Mas eu acho assim, que graças à Deus, desde criança eu combato isso, sabe, desde criança. Porque eu acho que também tem um pouco da herança (sorriso), né, que veio de outras gerações e tal, e meu pai era uma pessoa assim bem ruim também, então, eu tentei lidar contra isso, entendeu, e graças a Deus, na maioria das vezes eu consigo ganhar. Mas é uma coisa constante, que eu acho que nunca vai acabar, não tem como acabar.” (Roberto)

A linguagem literária, na obra de C. Baudelaire, o poeta da experiência (ou da sua destruição) da modernidade, é retomada por um poeta desconhecido, para refletir sobre a sua experiência.

Roberto, 28 anos, gaúcho de Lajeado, poeta, vocalista e escritor da extinta banda “Sem-Destino”, viveu e vive os dois lados da rua: primeiro na sua utopia liberadora como jovem de classe média, e hippie, para depois ser obrigado a viver na rua e em albergues, ao amargar sucessivos desempregos, pelo fechamento das fábricas nas cidades onde morou no Rio Grande do Sul, por sabotagens de colegas, segundo ele, na disputa pelo lugar na fábrica, quando achava que finalmente tinha uma estabilidade, e por propostas enganosas de emprego que o fizeram migrar para São Paulo, e novamente pelo fechamento das fábricas onde achava que poderia reconstruir sua vida, pelo “cair”, sair e voltar para a rua. Esses desempregos intermitentes fizeram-no deixar de escrever, mas não de refletir, a partir da poesia baudelaireana e da sua própria biografia, a experiência na cidade. Assim, as metáforas, embora interrompidas no ato de escrever, da criação, apresentam-se em uma ou outra imagem, quando da sua narrativa oral.

A ambigüidade da modernidade nela se revela: não existem limites definidos entre as sombras e luzes e, sobretudo, as sombras dominam a luz. A experiência do poeta desconhecido encontra, na linguagem poética, a imagem da história vivida como catástrofe, ou seja, não apenas como experiência das seqüelas de uma modernização econômica e social conservadora, que se instituiu

pela reprodução de elementos arcaicos, tradicionais (Oliveira, apud, Kowarick, 2002), mas pela própria destruição dos elementos de integração, que a modernização mal chegou a constituir.

Na Região Metropolitana de São Paulo, segundo dados do IBGE: “entre 1990 e 1999 (...) aumentou em 30% o número de famílias com até cinco salários mínimos mensais e em 80% o contingente de indivíduos que auferiam até um salário mínimo por mês, enquanto a fatia dos desempregados saltou de 10,3% para 19,3% e a mão-de-obra do setor privado sem carteira assinada subiu 42%” (Kowarick, 2002:18). Portanto, o desemprego, a super-exploração, a flexibilização, a terceirização, a precariedade, e informalidade do trabalho são experiências que delinearam o mercado de trabalho no último decênio do século XX.

Em relação à situação de moradia, o número de moradores de rua na década de 90 não é menos considerável. No município de São Paulo, em 1994, havia cerca de 4.549 moradores de rua, número que praticamente duplicou em 2000, com 8.706 moradores de rua⁹, ou seja, pessoas que vivem entre ruas, pontes e viadutos, e abrigos e albergues. O Brás concentra cerca de 971 moradores (ou 11,2%), estando atrás apenas da Mooca (1.061), entre os bairros onde mais vive esta população. Esta concentração decorre não apenas das atividades econômicas, mas também pelo fato do Brás ser um importante entroncamento de estações de trem e de metrô, e localização de uma grande quantidade de albergues e abrigos.

O morar na rua e a não integração ao mercado de trabalho são reveladores de uma catástrofe, para retomar uma imagem benjaminiana, pois traduzem uma história que se repete e que se aloja na vida das pessoas sob o signo da permanência.

A nitidez das sombras se revela à percepção de Roberto, mas também dos outros moradores das ruas da megalópole: imagem de um labirinto imaterial, percorrido pela dúvida, descrença, pela impotência, e cujo centro são as próprias sombras que seduzem no seu canto de sereia o Ulisses urbano: “não esqueça de mim jamais”: o canto de sereia do passado que não passa, eternizando a

perda na melancolia. A matéria da poesia baudelairiana, a lembrança das sombras, é também a lembrança de Roberto.

O endereço: “sair da rua”

Roberto, após narrar os problemas familiares quando vivia em sua cidade natal, conclui:

“Mas sempre fui uma pessoa assim, que apesar das adversidades eu sempre consegui me dar bem, entendeu? Agora que estou nesta situação. Mas antes eu não era assim não, sempre dava um jeito, entendeu? Agora a adversidade que eu estou enfrentando é a falta de oportunidade. Porque quando ela aparece, ela também escapa com muita facilidade. Hoje em dia, como você vê, o mercado de trabalho exige *muito, demais, demais, demais* (ênfase), e a gente, né, que vem do interior, a gente não está preparado pra isso. A gente nem sabe que precisa disso (...) E, é complicado, por exemplo uma pessoa que não tem um endereço. (...) Para quem quer sair da rua, isso empata demais, entendeu, você simplesmente não poder comprovar seu endereço!” (Roberto)

A adversidade contornada num tempo anterior, no presente se põe como um obstáculo sem saída. A expulsão do mercado de trabalho termina por despojar os meios de fixação do trabalhador: a moradia. Por outro lado, a saída da rua e o retorno ao mercado pressupõem algo que este mesmo mercado destruiu: o endereço.

Um dos sentidos históricos da numeração dos imóveis está ligada ao intenso esforço do Estado em normatizar a vida civil, compensando a perda dos vestígios que testemunha a imersão dos indivíduos nas massas das cidades grandes (Benjamin, 1991: 44). Se no século XIX, na instituição de uma ordem urbana burguesa, a numeração tinha o sentido de normatização, nesse contexto, ela adquire um valor simbólico e civil. O despojamento desta referência que representa o endereço alija o trabalhador da sua identidade civil e da sua existência na cidade. Sem a fixação, é apenas um homem na multidão, desterrado em sua própria cidade.

O mercado, ao produzir esta tautologia termina por obrigar o indivíduo a percorrer um circuito cíclico,

⁹Fonte: Censo de moradores de rua da cidade de São Paulo. Secretaria de Assistência Social (SAS) e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) - 2000.



Figura 3: Favelinha e Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, edifício branco ao fundo, em 2002. Fonte: Foto da autora.

sem saída. Morar na rua é uma experiência que oscila entre a fixação temporária e o nomadismo.

A “maloca”: entre o trabalho e a moradia

Para o “endereço formal” exigido pelo mercado, a “maloca” surge como o endereço provisório que fixa estas pessoas, ainda que instavelmente e ilegalmente. Entre as ruas Monsenhor Andrade e Coronel Francisco Amaro, a “maloca” foi formada na linha de um muro que protege os trilhos das estações Presidente Roosevelt (antiga São Paulo Railway) e Central do Brasil (antiga Estrada de Ferro do Norte), ambas construídas em fins do século XIX. Neste “cotovelo” ermo, encontro entre duas ruas, mas também seu fim, cercado pela linha do trem e os armazéns, como o antigo Moinho Matarazzo, o lixo da Zona Cerealista é jogado e algumas famílias e indivíduos só puderam encontrar um ponto para montar seus barracos com um risco menor de expulsão.

O endereço não é dado mais pelo ato de nomear as ruas oficiais. Ele sequer é nomeado e contabilizado pelos censos oficiais como favela¹⁰. É antes, “a maloca”: nomeada espontaneamente pelos seus moradores, ela não representa apenas a precariedade, visível para aqueles que de alguma forma entram em contato com ela, mas

também, segundo o dicionário Aurélio, um lugar oculto, escondido, definição que corresponde a sua localização: a rua é transformada em interior.

Lá, estes moradores sobrevivem de bicos: descarregam caminhões, limpam armazéns, catam papelão das empresas, recolhem latinhas, restos de batatas, alho, cebola, enlatados e compotas prestes a vencer, que são consumidos ou vendidos, sobrevivendo assim, do lixo.

O percurso que a sobrevivência obriga a fazer, os contatos que pressupõem, caracterizam uma trajetória, mas também uma sociabilidade nômade: “A gente anda, conversa, pergunta, pede”, conforme Pedro, catador de papéis. Nelas se adquire um saber sobre a cidade.

A Zona Cerealista e o Mercado Municipal transformam-se no grande campo de trabalho para esta mão-de-obra barata. “Rejeitados” do mercado de trabalho formal, os trabalhadores reciclam e reaproveitam os “rejeitos” produzidos pela indústria e pelo comércio. A imagem do Brás está associada a este mercado que, incapaz de prover a reprodução destes trabalhadores, ampara-se na “moradia” passageira dos albergues. O “Brás tem um campo” e “se você estiver com fome” há os albergues, continua Pedro.

¹⁰ É interessante observar que o IBGE considera favela um conjunto constituído por um mínimo de 51 unidades habitacionais, deixando de fora um número indefinido de pequenas aglomerações.

O barraco: “guardar suas coisas”

Pedro, 44 anos, paulista de Assis, carregador e catador, explica as razões para morar na favelinha.

“Eu vim por causa disso mesmo, porque eu não podia ficar no albergue. Eu vim pra cá porque aqui que é um lugar mais ou menos que a gente pode fazer um barraquinho, porque não é todo lugar que você pode fazer um barraquinho! E aqui o pessoal está há muito tempo, por isso que eu vim pra cá e fiz, pra mim sossegar um pouquinho, né. Porque se fica um dia aqui debaixo da ponte, outro dia vai pra outra ponte, outro dia dorme no albergue, outro dia dorme na rua, outro dia dorme lá na Barra Funda, outro dia está não sei aonde... Aqui não, você pode guardar suas coisas, eu tenho minhas coisinhas... tenho meu galão de água, tenho minhas panelas, tenho meu prato...” (Pedro)

As ruas, as pontes, os albergues... Estas estruturas de passagem da cidade, quando não passíveis de transformação num interior, num lugar fixo, seja pela rigidez das regras institucionais públicas, seja pela própria visibilidade que expõem estes moradores à sua expulsão, em nome da sua “função” primeira que é a do trânsito, da mobilidade, terminam por impor ao percurso do morador de rua uma itinerância sem fim.

No interior poroso - a maloca e a rua - formam-se sombras, transformando moradias e circunstâncias de vida passageiras - pois todos de lá querem sair - em uma permanente improvisação. O que é passageiro transforma-se em eterno, em que o indivíduo “fica e fica e fica...” preso às paredes labirínticas formadas por ruas, pontes, albergues.

Mas também é por onde entram pequenas frestas de luz: à experiência da despersonalização pela itinerância na multidão, e à destituição do lar e do trabalho fixo, o interior poroso permite deixar rastros: “as coisinhas”, que não são apenas os instrumentos da sobrevivência, panelas, galões d’água, mas também pôsteres do time, fotos, móveis e objetos, “salvos” de seu destino: o lixo.

No entanto, deixar estes rastros torna-se um gesto vão, pois mal resiste à violência da retirada dos barracos pela prefeitura, que despoja e destitui os moradores de um lugar.

O barraco: ruínas

“E antigamente, os prefeitos que passou antigamente, eles mandavam o rapa vir e derr... principalmente o Maluf. Eu não tenho nada contra ele, certo, porque também por trás dele também existia muito comerciante, muita gente grande que não queria, interesses por trás. (...) Principalmente na época do Maluf e do Pitta vinham, derrubavam de manhã, os caras tinham que fazer de noite, no sábado. (...) Toda semana tinha que fazer um barraco novo.” (Pedro)

Ao lembrar o passado recente, a inscrição destes vestígios no barraco sequer pode perdurar, frente a sua derrubada pelo poder público nas gestões Paulo Maluf (1993-1996) e seu afiliado político, Celso Pitta (1997-2000), ambos do PPB. Em ambas as gestões, a defesa do espaço público da rua encobre a defesa de interesses de classe na apropriação da cidade. O barraco, expressão de uma ruína ligada à exclusão do mercado formal e da moradia, novamente se transforma em ruína, quando sequer as ruas podem se tornar um refúgio improvisado.

O albergue: “Porque tem alguma coisa para lembrar”

Roberto reflete sobre o retorno ao albergue, por não poder arcar com o aluguel.

“Acho que essa foi uma das piores (riso nervoso) coisas na minha vida, porque você cair assim a primeira vez até passa, porque foi... te pegaram de surpresa, mas você cair a segunda *cara, nossa, aí é... sabe, é humilhante, desmoralizante!* (ênfase) Há três dias atrás você está na sua casinha, tudo muito bem, e hoje você não tem mais *nada* (ênfase). Então isso deixa a pessoa bastante chocada. Eu no começo, *nossa, até minha personalidade estava se perdendo.* (ênfase) (...) E no albergue dá muita gente assim, deprimida, entendeu? Quem já foi alguém na vida, já teve muita coisa e hoje não tem nada, então fica aquela amargura, entendeu? *Porque tem alguma coisa para lembrar* (ênfase). Quem nasceu na rua não sofre porque já está acostumado com a rua desde criança, nunca teve nada. Então para eles a vida é uma beleza. Vai lá, consegue a sua comidinha com alguém, consegue sua roupa com alguém, e estão sossegados. Não tem aquele, aquela

amargura de conseguir o que perdeu, entendeu? Mas já no albergue tu encontra muita gente assim, que teve tudo e hoje não tem mais nada. Ou foi por causa de bebida, ou porque não se deu bem com a família... Olha, os motivos são muitos, os motivos mudam muito. Mas a amargura é sempre a mesma, entendeu? E aquilo vai te deprimindo, vai te deprimindo, tu procura um emprego não consegue...." (Roberto)

Estes rastros, índices de fixação, de identidade e lembrança são, por isso mesmo, o seu reverso, ou seja, indícios da destituição, da perda, da violência, permanecendo como sombra do passado que não passa. São nostalgias que se fixam no albergue, pela impossibilidade de sua familiarização, de sua personalização, de sua transformação em interior. No albergue, a destituição ganha outro caráter: não é vivida como algo supostamente naturalizado, como alguém que nela nasceu e vive, mas como a repetição da perda, do (de) caimento: "cair na segunda".

O albergue é o lugar da perda, mas também da lembrança. Ou melhor, é o lugar da lembrança da perda. Dessa forma, perde o seu caráter de passagem, tornando-se lugar da permanência: sua temporalidade é a da repetição, que não consegue transformar a perda em esquecimento, por meio do luto, abrindo-se para a possibilidade de um novo recomeço, para o futuro, mas perpetua a perda na ruminação melancólica da "depressão".

Para Roberto esse sentimento se intensifica e se associa à estranheza quando sua origem de classe é evocada para diferenciar-se dos demais moradores de rua.

A temporalidade do albergue é marcada pelo eterno-retorno (não apenas da lembrança do que se perdeu, das saídas e retornos de seus frequentadores, do "cair a segunda vez") e é também o percurso labiríntico pelo qual a subjetividade se perde no passado e no presente. O albergue é o centro do labirinto: a tristeza, a melancolia, a depressão são as suas sombras sedutoras e "camaradas", obstáculos ao esquecimento.

"Eu tenho saudade"

Ao comentar sobre o fato de manter em segredo sua situação para a mãe, Margarida reflete:

"Às vezes eu lembro daquele meu cobertor cheiroso de *Comfort*, as minhas blusas tudo bem passada na gaveta, minhas coisinhas tudo organizada, você está entendendo, tudo nos cabides... Aí hoje eu me vejo assim, está entendendo... É dolorido. Minha mãe, quando a gente se vê, está entendendo, ela me olha de cima em baixo, mas eu nunca falo o que eu estou passando; *mas ela sente* (ênfase), mas eu não dou motivo e nem razão. Mas é doloroso... Mas eu tenho fé em Deus e ele vai me levantar de novo. (...) Eu tenho saudade de usar um salto, eu tenho saudade de botar uma blusa de seda, eu tenho saudade do meu cabelo bem cortado, minha unha bem feit'(emociona-se)." (Margarida)

Para Margarida, 34 anos, nascida em Tupã, São Paulo, e catadora de papel, a saudade gira em torno do passado recente, conferindo uma qualidade ao tempo e ao espaço. As perdas estão ligadas ao conforto do interior, à organização, à limpeza, onde os objetos, os vestígios possuem um lugar, uma ordem. Mas também dos próprios sinais expressivos da roupa (o valor do salto de sapatos e da seda) e do cuidado com o corpo refletem uma imagem de si mesmo - e também de um tempo, a uma anterioridade ao decaimento.

Assim como a seda e o salto alto são elementos simbólicos que demarcam na narrativa um tempo melhor, tempo de fixação em um lar. A perda também refere-se aos vínculos familiares, filhos e filhas criados por ex-mulheres, madrinhãs, avós.

Embora morem na rua, a casa familiar é uma referência afetiva, seja ela conflituosa ou solidária. É significativa a tentativa de uma rígida separação, de dois lugares que não devem se encontrar espacialmente, mas subjetivamente: a rua e a casa familiar. Não compartilhar a situação de morar na rua para a família não representa apenas o sentimento de vergonha, mas, sobretudo, o desejo de poupar a família dos problemas vividos. Daí a solidão, o distanciamento de vínculos, a perda dos rastros... a desfiliação¹¹ (Castel, 1998). Desfiliação, todavia, que não se completa, pois distanciar-se da família não significa necessariamente abandoná-la. A família mantém algum laço, ainda que frágil, com o indivíduo. Ao mesmo tempo em que viver na rua não impede a constituição de outros vínculos

afetivos e/ou, de solidariedade que se manifestam no dia a dia da maloca.

Edifício São Vito: ressentimento e justiça

Aos 16 anos, em 1974, Pedro aprende no Senai (Serviço Nacional da Indústria) o ofício de cortador de couro. Empregado, vai morar numa pensão no bairro do Bom Retiro. Para fugir do aluguel muda-se para o Edifício São Vito, na Zona Cerealista, onde compra um apartamento. Numa festa no edifício conhece uma moça e ficam juntos. Pedro não sabia que ela namorava outro rapaz que também estava na festa, mas que haviam brigado. O rapaz passou a ameaçá-lo, dando-lhe um ultimato para sair do edifício.

“Eu chamei ele pra trocar uma idéia lá fora, eu falei, ‘O negócio é o seguinte, eu vou embora, mas antes eu quero te falar um negócio:(...) eu não vou embora daqui, eu fiz ambiente aqui, eu gosto daqui, eu tenho um apartamento que eu comprei aqui, certo! - apartamento no modo de dizer, porque aquilo ali era mais uma favela do que um apartamento, você sabe, né. (...) Agora não, agora está até mais maneiro, mas aquela época você sabe que era traficante, era puta, era ladrão, era polícia, tudo o que não prestava. (...) Eu falei que eu não ia embora dali. Aí ele pegou, estava com uma faca de açougueiro na cintura e falou pra mim, ‘Se você não for vou te picotar todinho.’ Aí eu falei, ‘Então você vai picotar agora’ Aí eu perdi a cabeça, certo, aí que que eu fiz, tomei atitude, dei uma pá de tiro nele e saí avoadado.” (Pedro)

O rapaz morre, Pedro apresenta-se com um advogado, é demitido da firma, não fica no edifício por medo de represálias dos amigos do rapaz e responde ao processo na rua. É condenado a 8 anos de cadeia. Nessa época tinha entre 19 para 20 anos de idade. Na cadeia, ao ser ameaçado de estupro, mata seu agressor. É condenado a mais 7 anos. Foge da cadeia. É preso novamente: percorre um caminho entre detenção, penitenciária e colônia penal.

Ao sair da colônia penal consegue emprego em várias empresas, tanto exercendo sua profissão, como em outras áreas. No entanto, mal se

estabelecia, as empresas demitiam-no ao investigar seus antecedentes, às vezes em virtude de denúncias dos próprios colegas de trabalho.

“Mas eu sofri muito, principalmente quando eu queria trabalhar que eu não arrumei emprego, que eu fui desprezado pela sociedade, me deu uma revolta. Só que eu falei, o que que adianta eu partir pra uns negócios aí? Ou eu vou morrer na cadeia - pode ser que eu dê uma sorte - ou fico bem, ou vou morrer. Como eu perdi meu pai na vida do crime, eu falei ‘O que??!!’ Então eu vou partir pro mais difícil, certo? Vou catar papelão, vou catar latinha, vou vivendo a minha vida.” (Pedro)

“*Eu pago por causa do meu passado* (ênfase). Eu tenho uma revolta com a sociedade por causa disso, mas ao mesmo tempo eu também me sinto culpado, porque se eu tivesse pensado 10 vezes eu não tinha feito aquilo. (...) Mas como o que passou passou não tem jeito de voltar, certo?!” (Pedro)

“Eu sou um cara ressentido porque é o seguinte, eu falei pra você, comecei em firma *eu me senti humilhado* (ênfase).” (Pedro)

“Ou pouco ou muito eu estou ganhando, catando papelão, catando alguma coisa, eu ganho um dinheirinho, só que não é o que eu queria, porque o que eu queria mesmo era trabalhar... se eu sou um profissional, pôxa vida! *Porque é duro pra um profissional!* (ênfase) Ainda mais preocupado às vezes em encontrar alguém que sabe que eu já trabalhei numa empresa e ver eu puxando uma carroça igual já aconteceu. *É chato! É triste!* (ênfase) (...) Sei lá a gente sempre tem uma história pra contar [quando há esse tipo de encontro], *não vai contar o que eu passei, porque não é pra qualquer um que eu vou falar* (ênfase) *que eu já tirei cadeia, o que eu passei!*” (Pedro)

“Eu já tentei trabalhar em outra coisa, assim, trabalhar assim de ajudante de pedreiro, sabe, de alguma coisa, mas não me dou bem, não me dou bem. Porque é o seguinte, eu sendo um profissional... (...) Eu sou cortador de couro, estou acostumado a cortar macacão pra piloto que corre, de moto, eu sou acostumado a cortar casaco de couro, sapato, bolsa, tudo coisa de couro. (...) E de repente me tiraram esse direito por causa do meu passado!?”

Quem é que não tem passado, quem é que não erra?! Eu errei, tudo bem, mas eu paguei, eu paguei tim tim por tim tim Eu tirei 7 anos de cadeia e respondi 8 anos de condicional na minha vida! (ênfase)(...) A justiça não é a culpada de eu arrumar emprego, o culpado é a sociedade, são os empresários, não sei porque, ou sei lá, também se é culpado também o sistema, eu não sei quem é o culpado. Eu sei que eu também tenho um pouco de culpa que tomei uma atitude... eu precipitei de fazer as coisas erradas, mas eu paguei, e eu vou passar a minha vida inteira assim, passar a minha vida inteira? E tem dia que eu fico triste, eu quero trabalhar.” (Pedro)

O edifício São Vito, em estilo arquitetônico de extração moderna, foi inaugurado em 1959 e construído à beira do rio Tamanduateí, próximo ao Palácio das Indústrias e ao Mercado Municipal, e situado na Zona Cerealista, com 27 andares e 624 apartamentos ou quitinetes de 7,20 m por 3 m², 24 por andar. Seu nome é referência ao santo padroeiro da colônia de Polignano à Mare no bairro, morto ainda jovem, no ano 300 pelo imperador Diocleciano, resistindo em nome da sua fé. Mas ele também tem outra conotação. O “treme-treme” é nomeado não apenas pela população de trabalhadores, aposentados, prostitutas, travestis, ladrões, pelas suas precárias condições de habitabilidade e clandestinidade, mas também por uma história de intensa resistência de seus moradores frente a algumas gestões municipais que procuraram não apenas retirar a população de lá, mas também implodir o prédio.

A lembrança do edifício São Vito está ligada ao início da vida profissional e da vida adulta, e às promessas que ensejam: a fixação numa moradia, o desejo de independência da casa própria, e o início de novos relacionamentos. Ao mesmo tempo o São Vito evoca o bloqueio destas promessas, na irrupção da violência.

Na lembrança deste acontecimento traumático, o passado não passa, apenas demarca o início sem fim da vida “na rua”. Este “não passar”, ao impedir a pessoa de “virar a página”, marcando uma nova temporalidade em sua vida, (Leclerc-Olive, 1997) leva-a a transitar em ciclos pela rua e pelo passado, ao jogá-la num labirinto temporal e espacial do

eterno-retorno. Labirinto que se fecha na memória individual no ressentimento, e cuja entrada se dá pela incapacidade da memória das instituições, ou melhor, a memória do Estado, em produzir o esquecimento através da justiça.

O ressentimento está associado a afetos ligados ao rancor, invejas, desejos de vingança, fantasmas da morte. Ou como diria Ansart (2001), reiterando a imagem baudelairiana, à “parte sombria, inquietante e freqüentemente terrificante da história”. Segundo Ansart, esse afeto é abordado de maneira multifacetada a partir da sua configuração histórica, psicológica e sócio-política (F. Nietzsche); a partir dos valores (M. Scheler), e como um sistema sócio-afetivo (R. Merton).

Ansart retoma estes autores, mas propõe alguns elementos que complementam esta noção, que cabe destacar. Além destes sentimentos “sombrios”, difusos, existe a sensação de impotência, mas para além dela, a “experiência continuamente renovada de impotente hostilidade, de impotência rancorosa” (Merton, apud. Ansart, 2001). Além disso, o tipo de ressentimentos deve ser distinguido, ou seja, contra *quem*, quais os grupos a quem ele é endereçado (Ansart, 2001) Um outro aspecto diz respeito a que condutas inspira, qual o movimento que leva à ação, à exteriorização (idem). Um quarto elemento acrescenta aos sentimentos e emoções criadores do ressentimento, como a inveja, o ciúme, o rancor e o desejo de vingança, a experiência da humilhação que não provém apenas da inferioridade, mas do amor próprio ferido, da negação de si e da auto-estima. (ibidem, 22)

Entre estes elementos que compõem a noção de ressentimento, Ansart (2001: 3) coloca uma questão crucial: em que medida o regime democrático favorece ou não a formação dos ressentimentos? Ou, em que medida o papel das instituições reforça ou não os ressentimentos? É neste quadro que analisaremos a relação entre a memória coletiva, forjada pelas instituições, e a memória individual.

O anonimato da multidão tem como contrapartida uma extensa rede oficial de registros das pessoas. A sanção do crime, expresso no cumprimento da penalidade, não tem, para a Justiça, a sua

contrapartida, ou seja, a reparação e o esquecimento do passado. Antes, este passado permanece aberto na lembrança do delito, como uma marca que a todo o momento é evocada e cuja facilidade de evocação se coloca seja nos desafetos de colegas na competição do trabalho, seja nos procedimentos administrativos que cada vez mais contam com a rede ágil e rápida da memória informatizada das instituições.

Se a existência civil é marcada pela memória do delito, essa evocação constante pelo mercado de trabalho não tem o sentido de sua superação, trazendo de volta a sua identidade de trabalhador, de profissional, mas de repetição, que coloca o indivíduo para o mesmo momento do crime. Para que o rancor seja alimentado, é preciso que a experiência da humilhação seja renovada e, nela, a inferioridade reiterada, perpetuando a sensação de impotência rancorosa.

O rancor traz à tona a revolta, o desejo de reiterar a violência contra aqueles que não o perdoam: um sujeito definido, uma classe social, “os empresários”, e difuso, “a sociedade”, “o sistema”. Justamente a instituição, a Justiça, não aparece, na fala de Pedro, como responsável pela sua reinserção profissional.

Todavia, a evocação do passado, o individual e o familiar, reprime a ação. A lembrança da figura do pai não é apenas a da exemplaridade do passado, mas também um esforço de imobilizar uma história, cuja repetição entre as gerações, representa a sua própria autodestruição. A humilhação termina por levar ao amor próprio ferido, da negação de si e da auto-estima, produzindo a culpa melancólica, na qual “queixar-se é dar queixa”, ou seja, o que se diz de depreciativo de si, no fundo se diz de outrem (Freud, 1992: 134).

Entre a revolta, expressa no ataque à sociedade, e a culpa, expressa no ataque a si mesmo, permanece a tensão entre a resignação e o ressentimento como irresolução do sujeito com seu próprio passado impedida pelo mercado, por um lado, e pelo Estado, por outro.

Retomando a questão acima colocada por Ansart, o autor observa que a democracia como um ideal e

como ideologia política, ao reconhecer os indivíduos e seus direitos, substituiria os ressentimentos. O autor, pela via antropológica, psicanalítica e histórica, aponta os limites deste ideal e desta ideologia, sem necessariamente negá-los. O que se coloca em questão é justamente em que medida a Justiça nega um direito ao indivíduo, o direito ao esquecimento, e ao fazê-lo exaspera a memória dos ressentimentos, impedindo no presente a construção de uma outra história, de um novo recomeço, não tal qual aquele que se colocou na juventude de Pedro, mas como uma promessa retomada de um futuro possível que apela no presente para ser concretizada: exercer sua profissão.

O trabalho de chapa

Segundo o chapa Pascoal, apelido de “Charuto”, paulista de Itaquaquecetuba, num dia bom descarregam-se de mil a três mil sacos de grãos, sem contar as passadas entre o armazém e o caminhão.

“Aqui por nome você não me acha, só por apelido, ‘Charuto’. Charuto é uma gozação, é uma coisa lá, outra cá, você não pode brigar. Então quando o serviço tá brabo, assim, tá ruim, a gente brinca um com o outro, né. Naquele calorão, a pessoa tá desanimado, tá puxando o saco e não vem, aí você brinca, ‘O menino, este saco está colado aí é, tem cola nisso aí?’ Mete uma raiva na pessoa que o saco vem. Aí é isso mesmo, o serviço bravo você tem que fechar a cara pra ele, ‘Vem cá...’ Senão vem não (risos). Não é moça pra estar alisando não. (...) Uma carreta de alho demora 3 horas de serviço. (...) Se você for ligeirinho, você ganha 30 reais (...) por 4 horas de serviço.” (Pascoal)

Entre os caminhões estacionados nas ruas e o fundo dos armazéns na Zona Cerealista, o passo ligeiro do chapa vai e vem, um pêndulo acelerado do eterno retorno. O peso das mercadorias que não pode consumir, apenas quando se tornam restos, sobras, “vencidas”, consomem lentamente o corpo do chapa.

Para não ser consumido, a experiência é evocada: “O serviço pesado exige um pouco de malícia e observação” (Pascoal).

A narrativa se desenrola em torno dos cuidados com o corpo: a dieta alimentar, a propriedade dos alimentos e a sua função para cada parte do organismo, elementos fundamentais para a resistência do corpo, e a bebida (cachaça) para dar o “arranque”. Essa memória é falada e gestual, e evoca o passado arcaico: o jogo da capoeira, um sistema de ataque e defesa trazido pelos escravos bantos vindos da Angola no Brasil colônia¹². Os movimentos da capoeira evocados na gestualidade conformam uma topografia corporal (Bastide, 1970) como defesa-ataque, na irrupção da violência na rua, mas também como defesa contra o desgaste do corpo. A dureza da “estranha esgrima” baudelairiana¹³ ganha sua tradução na maleabilidade da capoeira. Associado a ela, o apelido para familiarizar e suavizar a sobrecarga do trabalho de carregador.

A memória inscrita no corpo se coloca como um freio, retardando a aceleração do ir e vir, diminuir o peso do trabalho com a agilidade do corpo e da brincadeira.

A Zona Cerealista, as ruas e pontes: “Quando você passa guarda direitinho”

Enquanto entrevisto Charuto, ele aguarda a chegada de um caminhão para descarregar:

É esse daí?

“Não, não, ele parou porque ele quer uma informação. Por exemplo, (...) ele vem, por exemplo, de Foz de Iguaçu com a carreta de pipoca da Argentina, vai pra Yoki em São Bernardo (...) e não sabe ir eu dou o meu preço pra ele, que é 30 reais só pra levar. (...) Eu vou perder aqui e ajudar a ele lá. (...) Quer dizer você procura ter um... quando você passa guarda direitinho. Aqui é tal lugar, aqui é tal... (...) Tem caminhão container aqueles tipo exportação, aqueles jumbo alto, se eles vêm do Rio [de Janeiro], eles não podem passar pela ponte (...) O que vai sair daqui pra levar o motorista em tal lugar, uma carreta, tem que saber pra onde vai levar ele pra ele não entrar em rua que ele não sai. É, tem tudo isso! Não adianta fazer balão, ‘Eu sei onde que é!’ Mas você vai aqui, entra lá, entra cá, tem lugar que o... é pequeno, uma carreta não vai

entrar ali, e pra você voltar de ré depois, como é que você vai fazer?” (Pascoal)

“Eu observo, primeiramente o nome da rua, ao meu redor onde que eu estou, o lugar, se tem uma padaria, um bar, eu estou atento. Se tem um posto, uma farmácia...” (Pascoal)

“O mapa é aqui (aponta para a cabeça).” (Pascoal)

Segundo Benjamin, “Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Nesse caso, o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfiladeiro” (Walter Benjamin, 1987: 73).

A Zona Cerealista é um lugar de passagem por onde os fluxos de mercadorias do país e do exterior se cruzam. Aos caminhoneiros vindos de longe, o chapa deve tornar conhecido os percursos da cidade, convertendo o distante em próximo, o desconhecido em familiar. O trabalho do chapa não requer apenas “malícia e observação” para equilibrar o peso da mercadoria, mas deve também possibilitar seus fluxos. A memória associada à topografia corporal associa-se à topografia dos espaços vividos.

Essa familiaridade do chapa tem como base um aprendizado de anos relativo aos caminhos percorridos por Pascoal entre seus empregos anteriores, como cobrador de ônibus e metalúrgico em São Bernardo e a moradia, no extremo Sul da capital. Todavia, o aprendizado destes lugares por si só não se faz suficiente, se com ele não se deu todo um exercício de observação exigido quando, na errância, se extravia pelos caminhos desconhecidos.

Nomes de ruas, pontos de comércio - postos, padarias, bares, farmácias - referências, códigos, cuja atenção revela um mapa por onde o chapa-guia orienta-se na cidade. Elas são o outro dos percursos “mal-sucedidos” - entrar em ruas sem saída, não passar pelas pontes entalando os caminhões... Obstáculos que certamente já fizeram parte da experiência deste orientar-se e perder-se

pela cidade. O mapa urbano não está apenas na memória dos lugares conhecidos, mas no modo como se deve utilizar os sinais da cidade ao perder-se. E isto requer toda uma sabedoria, toda uma “instrução”.

A maloca, a linha do trem e o colégio: “Voltaram de novo o mesmo lugar!”

A linha de trem é a fronteira entre a maloca e o caminho para a escola, entre a precariedade dos barracos, construídos há menos de dez anos, e o monumento do colégio quase centenário, a Escola Técnica Estadual Carlos de Campos. Fundada em 1911, como Escola Profissional Feminina Paulista, foi uma das três primeiras escolas profissionalizantes da cidade, que crescia ao ritmo do café e da indústria. As alunas, filhas de operários imigrantes tinham cursos de artes aplicadas, bordados, costura, ministrados por professoras da elite paulistana. Seu atual prédio, em estilo neoclássico, foi construído entre 1927-1930¹⁴.

Entre ambos, a escola e a maloca, uma passarela estabelece a conexão interrompida: entre classes sociais diferentes, estudantes e moradores de rua,

entre a presença arquitetônica duradoura, permanente, e a precariedade e fragilidade dos barracos sempre prestes a serem destruídos ou desmanchados, entre a memória cristalizada como patrimônio histórico no colégio e a memória da cidade constituída pelo rastro, pela mobilidade do trabalho como catador de papel.

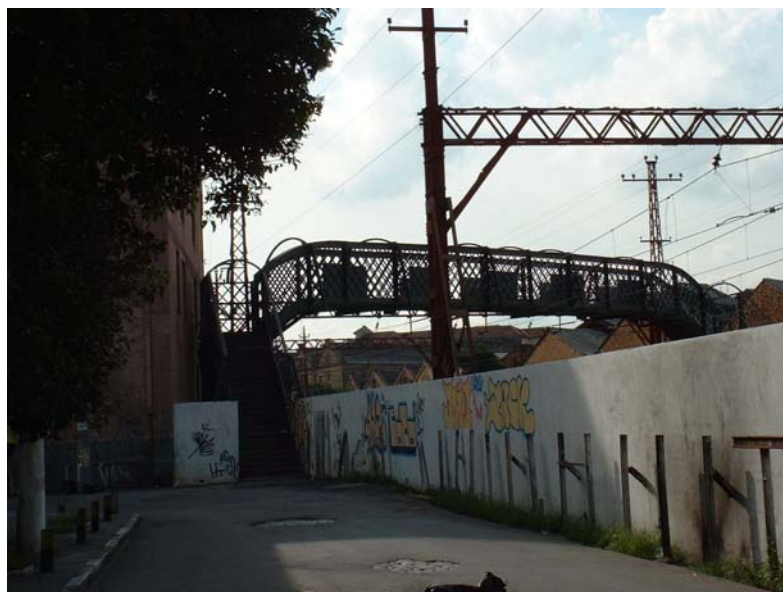
Este caminho interrompido pelos trilhos do trem transforma-se num verdadeiro obstáculo para os estudantes e transeuntes que procuram passar para o outro lado. Neste traçado urbano labiríntico que interrompe a rua e separa o bairro em dois lados, a beleza e a visibilidade arquitetural da escola que a qualificaria como marco e monumento histórico, não mais referencia o caminho, terminando por obrigá-los a dar voltas e voltas levando-os ao encontro inesperado, a maloca, e a se orientar pela memória calcada na vivência de seus moradores.

Este encontro, cuja probabilidade apenas o traçado labiríntico formado pela via férrea pode proporcionar, será marcado pela tensão. De um lado, o perder-se dos estudantes - seu caminhar circular - já é código explícito para os moradores de rua, de outro, os moradores de rua, que detêm o conhecimento da área, o fio de Ariadne¹⁵.

¹⁴ www.etecarlosdecampos.com.br e Torres (1969).

¹⁵ O sentido da *flaneurie* como método se revela: na parada da autora para admirar o colégio, ocorreu o primeiro contato com os moradores da favelinha.

Figura 4: Passarela sobre a linha de trem. Fonte: Foto da autora.



Área abandonada, erma, cujas ruas “mortas” pela passagem do trem são abrigos àqueles que não podem se abrigar próximos à vizinhança e ao comércio do bairro, que os segregam, e que por isso mesmo, encarnam o maior dos medos urbanos, o da violência. A imagem do Minotauro encarnada pelos moradores de rua forma-se a partir da fusão dos estigmas a eles associados: a classe social, a cor e a criminalidade.

A memória da cidade significa ter o domínio do saber sobre o seu percurso. Este domínio vai se constituindo pela mobilidade do trabalho como catador de papel, como Margarida, que não apenas conhece os trajetos comuns, mas seus atalhos. A sua transmissão permite constituir um vínculo com o outro nestes pequenos encontros cotidianos. Mas neles, o imaginário associado ao lugar muitas vezes funde-se ao de seus moradores, gerando o choque, a tensão e a revolta que explode no discurso. A transmissão é interrompida. O estigma se auto-alimenta.

Margarida narra o encontro involuntário entre ela e duas estudantes perdidas a procurar a escola:

“Aí eu não sei o que que eu falei, né, ela era branca que nem você, né, de branca ficou que nem um pimentão, né, *vermelha, vermelha...* (ênfase). Eu falei assim, ‘Não, não, se acalma moça’. ‘ Não...’ Mas aí a outra cutucou, a outra falou assim, ‘Não, vamos, vamos direto’ (em tom de medo) Aí eu me injuriei, sabe, com a cara delas, aí eu falei assim, ‘Olha aí maluca, você vai ter que *andar mesmo e quebrar suas pernas* (ênfase), entendeu? Porque é o seguinte, se você for pra lá você não vai encontrar, você entendeu? *Então você vai rodar mesmo pra você largar de ser besta e ser otária, está entendendo, sua imbecil!*’ (ênfase) Aí a outra falou assim, ‘Tá vendo, tá vendo, tá vendo, tá vendo? (em tom apressado e medroso) Vamos, vamos, vamos, vamos, vamos embora, vamos embora!’ Eu falei, ‘Legal, né.’ Aí tal, foram, né (sorriso). Aí tal, *voltaram de novo o mesmo lugar!* (ênfase) Eu disse, ‘Ah, que legal, né? Vocês quer se encontrar, né?’ Aí eu falei assim, ‘Você vai direto aqui nessa rua, na primeira esquina à esquerda você vai entrar e você vai direto e você vai ver uma passarela. Você vai atravessar a passarela e você vai ver, é aquele colégio branco ali, entendeu? (...) Certo, eu sou preta, sou pobre,

moro aqui, mas eu não quero nada de você não!. Você acha que eu vou meter uma faca em você? Vou catar 10 reais, 15 reais seu? Sendo que aqui é o lugar que eu moro, que eu preciso viver aqui!? Você está me achando com cara do que? De ladrona? Eu só tenho cara de preta, mas não de ladrona!’ Agora tem uma pessoas que não, são super simpáticas, né, pára, ‘A senhora está perdida, o senhor está perdido?’ ‘Estou. Dava pra senhora me informar?’ Eu falo, ‘Dá, né. (...) Aí ele fala assim pra mim, ‘Toma 1 real, 50 centavos pra senhora’. ‘Obrigado’ *Tem hora que eu me revolto, tem hora que eu me revolto, tem hora que eu xingo, nossa, tem hora que eu xingo... Umas burguesinhas que tem...* (ênfase) (...) (Margarida)

A experiência do anonimato e da diferença no espaço público da rua, numa sociabilidade enclausurada e defensiva, calcada no retraimento da vida privada, termina por ser associada à adversidade, à insegurança, à imprevisibilidade e, portanto, ao perigo e violência (Kowarick, 2002). Esta imagem se reforça em relação a estes locais ermos.

Esta visão da rua não apenas leva a um retraimento defensivo, “mas à desqualificação ou destituição do outro, tido como diverso e adverso, como potencialmente ameaçador” (idem). É esta experiência que dá sentido à exclusão, pois está relacionada ao “processo de estigmatização e discriminação, repulsa ou rejeição - em última instância, de negação de direitos” (idem).

Dificuldades, brancos, vazio...

“Como é que eu vou lembrar. É difícil recordar” (Adalberto). Bêbado, ao se referir ao seu passado.

“Ah, não sei, me deu um branco, peguei o ônibus, saí sem destino” (Margarida). Sobre o porque de sair de casa e ir para a rua.

“Tem hora que eu fico no vazio” (Margarida). Sobre a violência, desemprego, a ausência de investimentos do poder público em educação e saúde.

A vulnerabilidade destas pessoas é produtora de choques de toda a ordem que empurram a frágil vivência para o limite do apagamento, do emudecimento e do vazio.

O encerramento de um labirinto

“Então, tu entende, é isso que acontece com a gente. Quando a gente não está pegando pela dificuldade meramente material, a gente está pegando pela psicológica. Daí tem alguma coisa errada no lado psicológico, no lado emocional. Daí tem alguma coisa errada e você não consegue ter uma brecha para ter sua mente clara e poder realmente fazer alguma coisa, para sair daquela condição de vez. Você consegue sobreviver dentro dela. Consegue uma coisinha, daí pá, volta. Entendeu? É tipo assim, um círculo vicioso. Você vai, vai, vai. Você pode ir longe, mas acaba sempre caindo no mesmo lugar. Sempre aquela rotina e tal. É como te disse, o negócio é problemático. Você acha que vai dar certo, daí vem alguma coisa e vap! Tira seu tapete. Daí você tem que começar do zero de novo, não sabe de onde começar, o que vai abrir, sabe? Uma coisa complicada.” (Roberto)

O percurso errante pela cidade traçado pela sobrevivência - catar as sobras, guiar os perdidos, carregar as mercadorias - termina por encerrar a subjetividade num traçado labiríntico, cuja porta de saída leva ao mesmo destino: o (re)início. O eterno-retorno, temporal, espacial, subjetivo, cujas pequenas rupturas são frágeis possibilidades - pontos luminosos - frente a uma ordem cuja destrutividade está a todo o momento a lançar suas sombras e a reiterar a inutilidade da experiência, obrigando sempre a “começar do zero de novo”.

Passagens porosas, portanto, que se multiplicam a partir de “centros” instáveis: o albergue/ a maloca/ a casa familiar (a família); a maloca/ a linha do trem/ a passarela/ a escola (a sociabilidade); os armazéns/ o Mercado Central/ o Parque D. Pedro II (o trabalho).

Considerações Finais

A narrativa do poeta errante e desempregado, leitor de Baudelaire, introduz e conclui, a “narrativa nas ruínas da narrativa” dos moradores de rua.

A restauração e a preservação do Mercado Municipal e a reestruturação do bairro, com a lenta saída da Zona Cerealista, apontam transformações que talvez conformem São Paulo como uma cidade global. Frente a celebração do patrimônio histórico arquitetônico cristalizado no “Mercadão”, expressão

material e simbólica do desejo de perenidade e continuidade no tempo, mas também “vitrine” para atração de investimentos econômicos internacionais na cidade, a favelinha surge como um “contra-monumento”, cuja arquitetura porosa tem como legado apenas o rastro: marca da retirada dos barracos (e o plano de implosão do edifício São Vito) e de seus moradores, que aparece como “vazio urbano”; marca, portanto, daqueles que não podem ter marcos que indiquem sua existência na cidade (Gilloch, 1997, 71).

Rastro também do percurso errante do trapeiro, “daqueles que desaparecem tão por completo que ninguém lembra de seus nomes” (Gagnebin, 2006: 54), homens e mulheres, jovens e mais velhos, com experiências e origens sociais distintas, que num processo por vezes difícil, reconstróem e refletem sobre a experiência da migração, da perda do trabalho formal e da moradia, da fragilização dos vínculos familiares, da vida nos abrigos públicos e na rua, do alcoolismo e das drogas, do “ser gente” e “deixar de ser”, do encontro com o outro e com os estigmas.

Rastro, portanto, do movimento errante da memória do sofrimento indizível (idem), que registra, reúne e recolhe os rejeitos, essas experiências de destituição, que por meio dos esquecimentos, dos “brancos”, das dificuldades de se lembrar, dos interditos, dos (res)sentimentos e até da mudez da violência, nos revelam não a ausência de uma memória, mas uma “narrativa nas ruínas da narrativa”, cujas lacunas, entrecortadas por julgamentos e reflexões, narram o desterro, o nomadismo e a impermanência na cidade e lançam frágeis âncoras onde constroem algum sentido de lugar – e da falta dele - e de si mesmo.

Na maloca, a vulnerabilidade social e econômica revela-se na fragilidade dos vestígios, entre o desejo de familiaridade e intimidade, na porosidade dos barracos, e o seu apagamento quase simultâneo na passagem do albergue. Isso não significa que o passado não seja fixado: ele emerge como melancolia ruminada no albergue como “depressão”, e no atestado de antecedentes como ressentimento. Em ambos, o Estado não libera os indivíduos da opressão do passado infeliz ou nostálgico, mas antes o reproduz, pela ilusão de acolhimento na impessoalidade e anonimato da passagem do albergue, e pelo não apagamento



Figura 5: Inscrição anônima no cimento, 2007: “Serra, cadê a moradia genérica”. Fonte: Foto da autora.

de um passado já reparado do ex-presidiário em busca de um emprego.

Se a experiência dos moradores de rua, desempregados, catadores de papel e chapas é marcada pela destruição, ela também é reconstruída no limite da invisibilidade. Assim, nas narrativas da “maloca”, a lembrança imaterial, “subterrânea” da cidade emerge pelos deslocamentos em suas ruas, pela errância. Elas revelam a opressão e a precariedade do desenraizamento, mas também a detenção de um conhecimento nascido da experiência do trabalho e da sociabilidade, de toda uma trama urbana e arquitetônica do bairro e da cidade, de seus traçados e percursos, que guia transeuntes perdidos e caminhoneiros de fora, recupera o lixo perdido e faz circular as mercadorias.

À errância no espaço, a errância do tempo. A vulnerabilidade, marcada pela “precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade” (Castel, 1998: 24), traduz-se numa experiência temporal específica, em que cada dia é vivido como único, em que o passado é evocado como melancolia e ressentimento, ou se esfaca no limite do esquecimento, ao não ser valorizado como fonte de experiência de vida e de conhecimento, o presente é vivido na imprevisibilidade, e o futuro não se vislumbra como projeto – obrigando-os sempre a “começar do zero de novo”, como diria Roberto.

Segundo Gagnebin (2006), o rastro “denuncia uma presença ausente”, e decifrá-lo não significa entender como foi criado, pois ele não o é, mas como foi deixado ou esquecido de forma involuntária. Assim, sua decifração visaria “adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária” (ibid). Esses rastros, talvez sejam os indícios da tentativa renitente, seja do Estado, seja do mercado, da invisibilidade destas pessoas no tempo e no espaço, enfim, do apagamento de sua existência na cidade e na história.

Referências bibliográficas

- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: Bresciani, Maria Stella & Naxara, Márcia (orgs.) Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. pp. 15-36. Campinas. Ed. Unicamp. 2001.
- BASTIDE, Roger. Mémoire collective et sociologie du bricolage. L’année Sociologique, 1970, n. 21, pp65-108
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. 4ª Ed. São Paulo. Brasiliense. 1985.
- _____. Obras escolhidas II. Rua de mão Única. 2ª Ed. São Paulo. Brasiliense. 1987.
- _____. Obras escolhidas III. Charles Baudelaire. Um lírico no auge do capitalismo. 2ª Ed. São Paulo. Brasiliense. 1991.
- BOLLE, Willi. A Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin. São Paulo. EDUSP/ Fapesp. 1994.

- BUCK-MORSS, Susan. Dialética do Olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens. Belo Horizonte. Ed. da UFMG/ Ed. Argos . 2002.
- CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis. Ed. Vozes. 1998.
- FREUD, Sigmund. Luto e Melancolia (1917). Novos Estudos. Cebrap, n.32, mar. 1992.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Sete aulas sobre linguagem, memória e história. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- _____. Lembrar escrever esquecer. São Paulo, editora 34, 2006.
- GILLOCH, Graeme. Myth and Metropolis. Walter Benjamin and the City. Cambridge, Polity Press, 1997.
- KOWARICK, Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano. Novos Estudos Cebrap, n. 63, julho de 2002, pp. 3-8.
- LAURENTINO, Fernando de Pádua. Várzeas do Tamanduateí. Industrialização e desindustrialização. Dissertação (Mestrado em Geografia)- USP – São Paulo.
- LECLERC-OLIVE, Michèle. Le dire de l'événement (biographique) Paris, Presses Universitaires du Septentrion, 1997.
- MARQUES, Eduardo e Torres, Haroldo. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. in. Novos Estudos CEBRAP. nº 56. pp 139-168. São Paulo. Março/2000.
- PAOLI, Maria Célia. "São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)". *Espaço e Debates*, n. 33, 1991.
- PEREIRA, Verônica S. Brás: Canteiros da memória na modernidade de São Paulo, 2002, Tese (Doutorado em Sociologia) USP São Paulo.
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vértice, 2(3): 3-15, 1989.
- REALE, Ebe. *Brás, Pinheiros, Jardins. Três bairros, três mundos*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1982.
- ROLNIK, Raquel. "Cada um no seu lugar", São Paulo, Início da Industrialização: Geografia do Poder. 1981. Dissertação Mestrado – FAU USP, São Paulo.
- SEVCENKO, Nicolau. Uma Periferia no Centro. Brasmitte. São Paulo, Arte Cidade, 1997.
- VÉRAS, Maura P. Bicudo. O Bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações no Espaço Urbano ou diferentes versões da segregação social (1890-1990). SP –1991 PUC. Tese de doutoramento.
- TORRES, M.Celestina. O Bairro do Brás. Secretaria Municipal da Cultura, 1969.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo. Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 1998.

The scavenger's traces: memory, social vulnerability and the city in the homeless experience of Bras district in São Paulo

Verônica Sales Pereira

Abstract

This article discusses how the individual and collective urban memory is destroyed/rebuild, studying the experience of a neighborhood characterized by deep architectonic and urban changes and by social and economic vulnerability. We will focus some homeless memories in the Brás district, in São Paulo city. Three images by W. Benjamin will be developed: the trace, the scavenger and porosity. They don't show us the lack of a memory, but the "traces" that give a meaning to exile, to the nomad experience and build a fragile sense of place.

Key-words: homeless, memory, urban space.